

Ritmo lento dos bancos

GAZETA MERCANTIL

por Paulo Sotero
de Washington

Até ontem, nem todos os catorze grandes bancos internacionais que integram o comitê de assessoramento da dívida externa brasileira haviam formalizado sua participação no acordo de curto prazo de US\$ 3 bilhões, de cuja montagem depende a decolagem do acordo preliminar para o levantamento da moratória, que o governo brasileiro negociou com os credores.

Fontes financeiras de Nova York disseram, contudo, que é provável que o empréstimo feche já nesta semana e lembraram que no caso do empréstimo de quase US\$ 2 bilhões feito recentemente à Argentina — o primeiro a usar a comissão de incentivo — a maioria dos bancos esperou o último momento para confirmar sua adesão.

As mesmas fontes indicaram que os bancos do comitê estariam embarcados nos empréstimos hoje. Ironizando, o representante de um banco credor disse que o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, "ajudou muito" o esforço que está sendo feito para fechar o empréstimo com declarações como as que fez no fim da semana, enfatizando que o acordo preliminar não significa o fim da moratória e insistindo na não vinculação dos desembolsos de bancos com eventuais empréstimos do Fundo Monetário Internacional.

O primeiro prazo para a integralização do empréstimo, que deverá ser feito por um grupo de cerca de 110 grandes bancos, que detêm em conjunto 85% do risco brasileiro, expira nesta quinta-feira. Os bancos que aderirem até lá receberão uma "comissão de incentivo" de 0,125% do valor total de empréstimo. Os bancos que deixarem passar o prazo terão até o dia 2 de dezembro para receber uma comissão de 0,0675%.

Essa comissão, segundo o acordo realizado, será paga adiantado, juntamente com uma outra "comissão de participação" de igual valor. A taxa de risco ("spread") do crédito é de 0,875% sobre a Libor. Computado, porém, o efeito do pagamento antecipado das duas comissões, um banqueiro familiarizado com o acordo calculou que o preço final do empréstimo, nos seus pouco mais de seis meses de duração, "poderá ficar mais próximo de 1,5%".

(Continua na página 16)

Ritmo lento dos ...

por Paulo Sotero
de Washington

(Continuação da 1ª página)

Isso ocorrerá se os bancos que foram convidados a entrar no financiamento confirmarem sua participação até quinta-feira. Nesse caso, o governo brasileiro pagará a eles uma comissão inicial de US\$ 75 milhões (0,25% sobre US\$ 3 bilhões) na data do primeiro desembolso, que está previsto para meados de dezembro, abrangendo a conta de juros de outubro e novembro de 1987.

O Brasil entrará com um terço do dinheiro, sacando das reservas que tem depositadas no Bank of International Settlements (BIS)

em Basileia, e os bancos com os outros dois terços.

Até o início de janeiro, quando haverá um novo desembolso, o governo brasileiro terá pago aproximadamente US\$ 500 milhões em juros e os bancos terão desembolsado cerca de US\$ 1 bilhão do empréstimo de US\$ 3 bilhões. O desembolso do restante ficará condicionado à negociação de um acordo de maior fôlego.

MODELO DE SIMULAÇÃO

Num desdobramento paralelo do acordo prévio, os bancos credores esperam receber hoje do Banco Central (BC) o modelo de simulação da economia, que foi reformado a pedido da comissão de economistas dos bancos credores.

A comissão esteve em Brasília durante três dias, na semana passada, e discutiu com os economistas do BC várias novas equações que foram colocadas no modelo, mas não o trouxe de volta, como pretendia, em sua versão final.

Ficou combinado, assim, que o BC entregaria o modelo definitivo no início desta semana — possivelmente hoje — ao Citicorp. As primeiras discussões em torno do modelo de simulação devem ocorrer no início da semana que vem, quando o negociador da dívida brasileira, Fernão Bracher, estará em Nova York para mais conversas com os bancos.

Essas discussões, tendo por base o novo modelo, são importantes porque é delas que depende a definição das necessidades financeiras do País em 1988 e 1989.

No que concerne a dinheiro, esta deverá ser a questão central do acordo de renegociação mais amplo a que o Brasil e os credores tentarão chegar até janeiro.